

## SUSTENTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA *GLOBAL REPORTING INITIATIVE* - GRI

**Autoria:** Ana Cristina de Faria, Elaine Petil Nogueira

### RESUMO

Este trabalho objetiva identificar e analisar o nível de evidenciação das informações socioambientais dos maiores bancos brasileiros, com base nos padrões da *Global Reporting Initiative* - GRI, visando a observar se as instituições financeiras estão comprometidas, efetivamente, com as evidências socioambientais. Na fundamentação teórica, foi abordado o conceito de sustentabilidade, bem como a evolução dos relatórios socioambientais do Balanço Social até o surgimento do atual Relatório de Sustentabilidade. Comentou-se, também sobre os indicadores de sustentabilidade da GRI mais utilizados no mundo, bem como os Princípios do Equador, que são específicos para instituições financeiras. Considerando que o tema Sustentabilidade pode ser classificado como relativamente novo, a pesquisa foi classificada como exploratória. Em referências aos documentos utilizados para a coleta de dados secundários, foi classificada como uma pesquisa bibliográfica, documental e *ex-post-fact*. Por tratar-se de uma pesquisa direcionada aos dez melhores e maiores bancos do segmento financeiro que utilizaram o método da GRI para a evidenciação de seus resultados correspondentes ao exercício de 2009, foi utilizada a divulgação da Revista Exame Melhores e Maiores de 2010. Após identificados os bancos a serem analisados, estes foram submetidos a uma análise quanto ao Grau de Aderência Plena (GAPIE) e ao Grau de Evidenciação Efetiva (GEE) aos indicadores da GRI. Dos 49 indicadores essenciais analisados, os bancos apresentaram o seguinte desempenho: Santander: 84% dos indicadores foram apresentados, sendo 78% de aderência plena e o restante de aderência parcial; HSBC: 80% dos indicadores foram apresentados, sendo 62% de aderência plena, 21% de aderência parcial; Bradesco: 84% dos indicadores foram apresentados, sendo 51% de aderência plena, 15% aderência parcial; Itaú Unibanco: 88% dos indicadores foram apresentados, sendo 44% de aderência plena, 9% aderência parcial; Citibank: 47% dos indicadores foram apresentados, sendo 61% de aderência plena, 13% aderência parcial. Os resultados evidenciam que não é necessário apenas apresentar os indicadores, já que as informações referentes à compilação dos dados são de suma importância para o fornecimento de uma informação coesa aos *stakeholders*. Em outras palavras, confirmam a eficácia dos cálculos de GAPIE e GEE utilizados nesta pesquisa, além de reiterar que os indicadores da GRI apresentam níveis de detalhamento que agregam valor ao método, e por isso, são cada vez mais solicitados e compreendidos pelos *stakeholders*. Para o segmento analisado, fica claro que apesar de a GRI ser uma organização não governamental, a aderência dos bancos comerciais do Brasil aos seus métodos é grande, uma vez que nenhum deles apresentou uma classificação baixa, tanto nos resultados do GAPIE quanto do GEE, o que denota que os bancos analisados estão comprometidos com as evidências socioambientais.

### 1 INTRODUÇÃO

Ano após ano, sendo frequentemente utilizada, a palavra sustentabilidade adentra no universo corporativo. As proporções são cada vez maiores e o impacto que cada empresa provoca na natureza é cada vez mais observado, contextualizado e analisado, não só por entidades governamentais, mas também por organizações não-governamentais, pela sociedade como um todo e, principalmente pelo consumidor final de bens e serviços. Embora ainda considerada um assunto novo, a sustentabilidade passa a ser relacionada diretamente ao crescimento das organizações.

Diversos autores, tais como Hardi (1997); Paris; Kates (2003) e Becker (2004) consideram que a integração das dimensões econômica, social e ambiental, o chamado "*triple bottom line*", favorece o *disclosure* (evidenciação) dos diversos tipos de informações

socioambientais por parte das empresas, possibilitando a compreensão de tais informações por parte dos *stakeholders*. Com adequada evidenciação, os usuários das informações estarão instrumentalizados para análise, acompanhamento e comparação da conduta da empresa. Surge, então, a necessidade de parâmetros, normas e procedimentos para identificar, registrar e evidenciar informações de natureza econômica e socioambiental (BENNETT; BOUMA; WOLTERS, 2002; HASSELDINE; SALAMA; TOMS, 2005; PATTEN; CHO, 2007).

Atualmente, não são apenas os indicadores econômico-financeiros que demonstram a saúde de uma organização, mas sim indicadores de caráter social e ambiental, que podem ser analisados no chamado Relatório de Sustentabilidade. Fundada em 1997, a *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização baseada no desenvolvimento sustentável que criou uma conceituada estrutura para relatório de resultados das organizações focando o tripé da sustentabilidade – as dimensões econômica, social e ambiental (TINOCO, 2010). Conhecido como indicadores da GRI, o modelo define os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar o seu desempenho econômico, ambiental e social. Atualmente, seu método é um dos mais utilizados em todo o mundo.

As instituições financeiras foram escolhidas para esta pesquisa, uma vez que são aquelas que financiam operações de outras empresas, podem administrar seu dinheiro e, também da maior parte da população nacional; são aquelas instituições que, teoricamente, devem ser um modelo para a sociedade, face sua influência e posição econômica. Diante desse contexto, surge a questão de pesquisa deste trabalho: *Como os maiores bancos do Brasil, que de alguma forma adotaram os padrões da GRI na divulgação de seus resultados, estão evidenciando suas informações socioambientais?*

Para responder a esta questão, este trabalho tem por objetivo identificar e analisar o nível de evidenciação das informações socioambientais dos maiores bancos brasileiros, com base nos padrões na GRI, visando a observar se os bancos estão comprometidos, efetivamente, com as evidências socioambientais.

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira: a Introdução, abordando a contextualização, o problema e o objetivo da pesquisa. No tópico 2, a fundamentação teórica sobre sustentabilidade e suas dimensões, os indicadores de sustentabilidade e os Princípios do Equador, que envolvem práticas sustentáveis de utilização específica das operações financeiras. No tópico 3 é detalhada a metodologia utilizada na pesquisa. Os resultados da pesquisa documental serão apreciados no tópico 4. O tópico 5, por sua vez, apresenta as considerações finais, fornecendo aos leitores sugestões para futuras pesquisas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

Constantemente utilizada nos dias atuais, a palavra sustentabilidade, normalmente, é relacionada ao meio ambiente, à natureza propriamente dita. De forma geral, engloba aspectos ambientais, sociais e econômicos. Em sua essência, nada mais é que a correlação integrada destes três itens em busca de um equilíbrio contínuo ao longo do tempo. Conforme a visão de Ribeiro (2006), a ganância por riqueza levou as empresas a explorar o máximo de recursos naturais com a visão de que esta ação reduziria custos e tornaria mais eficaz o resultado final da operação econômica. No entanto, Tinoco e Kraemer (2004) afirmam que com o longo do tempo, passou a ficar claro que tal prática não se mostrava sustentável, e passou a ser observada e desenvolvida a consciência de que os recursos naturais são esgotáveis, principalmente se utilizados de forma predatória.

Ferreira (2006) registra que em 1972, a ONU realizou na Suécia, na cidade de Estocolmo, a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente. Com repercussão internacional, esta Conferência é considerada um marco na conscientização da sociedade

mundial sobre o meio ambiente. O termo desenvolvimento sustentável foi mencionado pela primeira vez no ano de 1987 em um documento produzido pela Comissão Brundland conhecido como “Nosso Futuro Comum”. Tal documento descrevia dois itens primordiais: o conceito de “necessidades”, essencialmente relacionado à sobrevivência dos pobres, as quais deveriam ser contempladas pelos compromissos de todos os países; e em segundo, a análise da limitação do meio ambiente, os estágios de desenvolvimento a serem atingidos pela tecnologia e pela organização social poderiam comprometer às necessidades das gerações presentes e futuras (UNCTAD, 2000).

Para Ribeiro (2006), o desenvolvimento sustentável pode ser considerado viável apenas com a ação conjunta de todos os países, sejam estes ricos ou pobres, uma vez que poluição, desmatamento, contaminação, entre outros problemas ambientais, não reconhecem limites, nem fronteiras. Tal abordagem levanta a questão do comportamento de cada empresa, que uma vez desigual e inconsequente pode provocar resultados econômicos distintos.

## 2.2 As dimensões da sustentabilidade

O desenvolvimento sustentável nas empresas contempla três dimensões: a econômica, a social e a ambiental. O equilíbrio correlacionado e integrado das referidas dimensões resulta no desenvolvimento sustentável. A dimensão econômica prevê que as empresas sejam economicamente viáveis, ou seja, deve apresentar retorno do capital privado investido. Os aspectos sociais contemplam que as empresas devam proporcionar as melhores condições de trabalho aos seus funcionários, respeitando a diversidade cultural existente na sociedade em que está inserida, incluindo oportunidades aos deficientes. Outro ponto que deve ser salientado é a participação ativa dos líderes empresariais nas atividades socioculturais das comunidades onde atuam suas unidades produtivas.

Em termos ambientais, Dias (2009) ressalta que as empresas devem prezar pela eficiência de seus processos, buscando o desenvolvimento de uma cultura organizacional, adotando uma postura de responsabilidade socioambiental, com o objetivo de não poluir ou contaminar o meio ambiente, e ao mesmo tempo, estar inserida de forma ativa em atividades de respeito ao meio ambiente natural e social. Dessa forma, conclui-se que o mais relevante ponto de abordagem das três dimensões da sustentabilidade empresarial é o equilíbrio dinâmico necessário e permanente que devem existir entre as mesmas.

O Instituto Ethos (2007) reitera que todas as dimensões que integram o tripé da sustentabilidade são igualmente importantes, ou seja, uma não deverá sobrepor-se à outra, sendo em valor ou importância. Todas integradas e correlacionadas são importantes para que se obtenha efetivamente o desenvolvimento sustentável. Há diversos tipos de relatórios que podem ser desenvolvidos para evidenciar informações de caráter socioambiental, além das econômicas, tradicionalmente divulgadas pelas empresas. Um deles é o balanço social.

## 2.3 O Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade (RS)

Devido às constantes mudanças econômicas e sociais, o conceito de Balanço Social foi aprimorado ao longo do tempo. Tinoco e Kraemer (2004) definem o balanço social como uma ferramenta de gestão e da informação que tem por objetivo registrar claramente informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das empresas, aos mais diferenciados *stakeholders*. Para o Instituto Ethos (2007), o balanço social é a fonte para o levantamento dos indicadores de desempenho ambiental, econômico e social das organizações. Possibilita a aproximação entre os públicos com os quais a empresa interage, direta ou indiretamente, além de registrar seus objetivos quando analisado em uma linha de tempo (passado, presente e futuro).

O Balanço Social pode ser definido como uma espécie de instrumento de administração de informações com o objetivo de evidenciar, “de forma mais transparente

possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários da informação, na busca do desenvolvimento sustentável.” (TINOCO, 2010, p. 7). Diante da evolução do conceito e importância do Balanço Social, é possível compreender que seu conceito aproxima-se e funde-se cada vez mais com o Relatório de sustentabilidade. A *Global Reporting Initiative* (GRI) define o Relatório de Sustentabilidade como:

a prática de medir e divulgar o desempenho organizacional enquanto se trabalha rumo ao desenvolvimento sustentável. Um relatório de sustentabilidade fornece uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização, incluindo contribuições positivas e negativas (GRI, 2006 p.41).

De forma geral, conforme observado na abordagem do Instituto Ethos (2007), entende-se como “balanço social” os relatórios empresariais não-financeiros. Algumas empresas podem denominá-los: “relatório de sustentabilidade” ou “relatório socioambiental”. De acordo com os padrões da GRI, deve-se utilizar o termo “relatório de sustentabilidade” para evidenciar informações econômicas e socioambientais. Dentre as informações que podem ser evidenciadas nesse relatório, pode-se citar os indicadores de sustentabilidade.

## 2.4 Indicadores de Sustentabilidade

Tinoco e Kraemer (2004) esclarecem que a palavra, indicador deriva do latim *indicare* e significa salientar ou revelar. Para estes autores, os indicadores de desenvolvimento sustentável são indispensáveis para embasar as tomadas de decisões nos variados níveis hierárquicos de diversas áreas. Indicadores podem ser considerados como ferramentas oriundas de uma ou mais variáveis associadas por diversos meios que demonstram significados sobre fenômenos que se referem. Indispensáveis para orientar e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do desempenho do desenvolvimento sustentável, os indicadores de sustentabilidade devem ser encarados como uma forma de atingir e mensurar, efetivamente, o desenvolvimento sustentável da empresa (IBGE, 2010).

Para a GRI (2006), os indicadores de desempenho, para mensurar o desenvolvimento sustentável, necessitam de informações quantitativas e qualitativas que abordem ou mensurem resultados relacionados à empresa e que ainda sejam comparáveis e demonstrem alterações ao longo do tempo. Há diversos indicadores de sustentabilidade já institucionalizados.

### 2.4.1 Dow Jones Sustainability Index (DJSI)

O Instituto Ethos (2007) revela que um dos primeiros indicadores de sustentabilidade a surgir no mundo foi o *Sustainability Index*, lançado em 1999, pela *Dow Jones*, empresa americana dedicada às informações sobre negócios. O indicador funciona como uma ferramenta para investidores que buscam empresas ao mesmo tempo lucrativas e eficientes na integração dos fatores econômicos, ambientais e sociais nas estratégias de seus negócios.

Na visão de Ribeiro (2008), o *Dow Jones* é considerado um indicador de sustentabilidade utilizado para monitorar o desempenho das empresas líderes em um determinado segmento de atuação. Tem como objetivo fornecer uma avaliação da estratégia de sustentabilidade da empresa, bem como de seu gerenciamento de riscos e custos, e até mesmo de oportunidades, de forma integrada, seguindo a mesma metodologia de cálculo, revisão e publicação de seus índices.

Em seu *site* oficial, o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) declara que o objetivo do índice é reunir, para cada setor econômico, as empresas que se encontram nos primeiros 10% de classificação de um questionário que avalia os desempenhos: econômico, ambiental e social das empresas (DJSI, 2010). Na visão do DJSI (2010), os componentes são selecionados de acordo com uma sistemática de avaliação de sustentabilidade empresarial que identifica os líderes de em cada setor econômico. Sequencialmente, as empresas são avaliadas quanto as

evoluções identificadas, incluindo as estratégias da mudança climática, o consumo de energia, desenvolvimento de recursos humanos, conhecimento gestão, relações com os interessados e governança corporativa.

Em seu relatório de sustentabilidade, o Itaú Unibanco (2009) enfatiza que o *Dow Jones* foi o primeiro índice “a avaliar a *performance* financeira das empresas líderes em sustentabilidade em nível global”. Em 2009, pelo décimo ano consecutivo, o Itaú Unibanco (2009) integrou a relação de 317 empresas de 27 países que compõem o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), sendo a única instituição financeira da América Latina a participar do índice desde sua criação em 1999.

#### 2.4.2 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Para a efetiva aplicação de seus recursos, os investidores, atualmente, costumam buscar empresas que evidenciem atividades socialmente responsáveis, sustentáveis e, obviamente, rentáveis. Trata-se de uma tendência global, e tais aplicações, segundo o *site* da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA (2010) podem definir-se como “investimentos socialmente responsáveis”.

Analisando e verificando tal tendência, a qual se apresenta em constante fortalecimento ao longo do tempo e, atualmente é amplamente atendida por vários instrumentos financeiros no mercado internacional, a BOVESPA, em conjunto com outras instituições criaram um grupo composto pelas seguintes instituições: ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar; ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento; APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais; BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo; IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; IFC - *International Finance Corporation*; Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e Ministério do Meio Ambiente.

O referido grupo criou, em 2005, o seu próprio indicador denominado ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, um índice de ações que funciona como um referencial para os investimentos socialmente responsáveis. A BOVESPA (2010) define o ISE como “um índice que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial. Tais ações são selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA, em termos de liquidez, e são ponderadas na carteira pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação”.

Conforme a BOVESPA (2010), o objetivo do ISE é “refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro.” O grupo, conhecido como o Conselho do ISE, criou o Conselho Deliberativo presidido pela BOVESPA, que é o órgão responsável pelo desenvolvimento, cálculo e gestão técnica do ISE.

O Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas - CES-FGV desenvolveu um questionário para mensurar o desempenho das companhias emissoras das 150 ações mais negociadas da BOVESPA, tal questionário baseia-se no “*triple bottom line*”, além de três grupos de indicadores, também contemplados: a) critérios gerais (que questiona, por exemplo, a posição da empresa perante acordos globais e se a empresa publica balanços sociais); b) critérios de natureza do produto (que questiona, por exemplo, a posição da empresa perante acordos globais, se a empresa publica balanços sociais, se o produto da empresa acarreta danos e riscos à saúde dos consumidores, entre outros); e c) critérios de governança corporativa (BOVESPA, 2010). Além do *Dow Jones* e do ISE, há diversos tipos de indicadores, mas os mais utilizados em nível mundial são os da *Global Reporting Initiative* – GRI.

## 2.5 Global Reporting Initiative (GRI)

Criada em 1997, a *Global Reporting Initiative* - GRI é uma instituição *multistakeholder* que tem como objetivo colaborar no desenvolvimento de normas globais de elaboração de relatórios de sustentabilidade (GRI, 2010). Buscando assegurar o mais elevado grau de qualidade técnica e credibilidade de seus métodos, a estrutura do relatório da GRI é criada, analisada e continuamente melhorada por meio do empenho *multistakeholder* que engloba a participação de instituições compostas por profissionais de diversas áreas, escolhidos globalmente, a partir de empresas, sociedade e institutos de pesquisas, ou seja, juntos desenvolvem e revisam o conteúdo da estrutura de relatórios.

A terceira versão do relatório ou quadro de indicadores foi publicada em 2006. De forma geral, e conforme pesquisado no *site* oficial da organização, elaborar um relatório de sustentabilidade baseado nas diretrizes da GRI compreende divulgar os resultados obtidos dentro de um período específico, no contexto dos compromissos, da estratégia e da forma de gestão da organização. Entre outros propósitos, pode ser usado como:

- ✓ Padrão de referência (*benchmarking*) e avaliação do desempenho de sustentabilidade com respeito a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias;
- ✓ Demonstração de como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável, e
- ✓ Comparação de desempenho dentro da organização e entre organizações diferentes ao longo do tempo.

A GRI (2006, p.5) define indicadores de desempenho como sendo “Informações comparáveis sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização.” Considerando a importância da compilação dos dados que resultarão nos indicadores, de forma a assegurar a coerência de informações comparáveis, bem como a coerência na interpretação dos indicadores de desempenho de forma geral, a GRI (2006) ainda apresenta dois tipos de indicadores de desempenho: os essenciais e os adicionais. Considerados relevantes, os indicadores essenciais, são aqueles identificados como de interesse da maioria dos *stakeholders*, enquanto os indicadores adicionais são utilizados para evidenciar práticas emergentes e abordam temas que podem ser importantes para apenas algumas empresas ou determinados segmentos.

Para a orientação da compilação de cada indicador, a GRI (2006) possui os protocolos dos indicadores, os quais fornecem definições, orientações e demais informações para auxílio das empresas relatoras. A finalidade dos protocolos é assegurar a coerência no desenvolvimento e interpretação de cada indicador de desempenho. Conforme a abordagem de Tinoco (2010), as informações no relatório de sustentabilidade nos padrões da GRI, devem incluir temas e indicadores que demonstrem os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da empresa ou que reflitam substancialmente as avaliações e decisões dos *stakeholders*. Dessa forma, seguem cada desempenho detalhado de forma específica:

### ✓ **Desempenho Econômico**

O aspecto econômico da sustentabilidade engloba os impactos que a empresa exerce sobre as condições econômicas de seus *stakeholders*, incluindo sistemas econômicos em nível local, nacional e global. Buscam ilustrar o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders*; os principais impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo. Informações sobre a forma de gestão da empresa devem ser fornecidas por meio de um relato conciso acerca dos seguintes aspectos econômicos: desempenho econômico, presença no mercado, impactos econômicos indiretos etc. Sendo assim, devem-se utilizar indicadores

específicos da organização (conforme necessário), além dos indicadores de desempenho da GRI, para demonstrar os resultados do desempenho em relação aos objetivos da empresa.

A política resumida da organização como um todo que defina seu compromisso global quanto aos aspectos econômicos ou indicação de onde essas informações podem ser encontradas no domínio público. Outras informações consideradas relevantes e necessárias para compreender o desempenho organizacional, também podem e devem ser abordadas, tais como: principais resultados atingidos e não atingidos; principais riscos e oportunidades organizacionais; principais mudanças de sistemas ou estruturas, visando a melhorar o desempenho; principais estratégias para a implantação de políticas ou obtenção de desempenho.

#### ✓ **Desempenho Ambiental**

O desempenho ambiental da sustentabilidade refere-se aos impactos da empresa sobre sistemas naturais vivos e não-vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água. Os indicadores ambientais incluem o desempenho relacionado a insumos (como material, energia, água) e a produção (emissões, efluentes, resíduos). Abrangem o desempenho relativo à biodiversidade, à conformidade ambiental e outras informações relevantes, tais como gastos com meio ambiente e os impactos de produtos e serviços. Ao serem elaborados os indicadores ambientais, devem fornecer informações sobre a abordagem da gestão com referência aos seguintes aspectos ambientais: materiais; energia; água; biodiversidade; emissões, efluentes e resíduos; produtos e serviços; conformidade; transporte e geral.

Outros itens como objetivos gerais da empresa, visando ao desempenho relevante quanto aos aspectos ambientais, devem ser apontados por meio de indicadores específicos da própria empresa, quando necessário, além dos indicadores da GRI. A política resumida da empresa que defina seu compromisso global com relação à questão ambiental ou indicação de onde essas informações podem ser encontradas no domínio público.

Informações importantes e necessárias para compreender o desempenho organizacional na esfera ambiental podem e devem ser abordadas, tais como: principais resultados ou metas atingidos e não atingidos; principais riscos e oportunidades organizacionais relacionadas a questões ambientais; principais mudanças, no período coberto pelo relatório, de sistemas ou estruturas, visando a melhorar o desempenho ambiental; principais estratégias e procedimentos para a implantação de políticas ou alcance de objetivos. Aparentemente específicos para determinados segmentos, muitos indicadores ambientais (essenciais) podem e devem ser utilizados pelas organizações, simplesmente por ser impossível qualquer entidade desenvolver suas atividades sem utilizar determinados recursos, como por exemplo, o consumo de energia (EN3) e o consumo de água (EN8).

#### ✓ **Desempenho Social**

A esfera social da sustentabilidade engloba os impactos da empresa nos sistemas sociais nos quais está inserida. Os indicadores da GRI envolvem aspectos de desempenho fundamentais referentes às práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. Estes aspectos podem ser identificados como divisões da esfera social.

Os indicadores de desempenho referentes às práticas trabalhistas e direitos humanos envolvem aspectos baseados em normas internacionalmente reconhecidas, tais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), e seus protocolos; Convenção das Nações Unidas: Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos; Convenção das Nações Unidas: Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho; Declaração e Programa de Ação de Viena<sup>14</sup>

(documento criado na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos de Viena, Áustria, em junho de 1993).

Os indicadores de desempenho referentes às práticas trabalhistas e trabalho decente, ao fornecer informações sobre sua forma de gestão, deverão apresentar os seguintes pontos de referência para um relato conciso: emprego; relações entre os trabalhadores e a governança; saúde e segurança no trabalho; treinamento e educação; diversidade e igualdade de oportunidades. Os indicadores de desempenho referentes aos direitos humanos, ao fornecer informações sobre sua forma de gestão, deverão apresentar os seguintes pontos de referência: não-discriminação; liberdade de associação e acordo de negociação coletiva; abolição do trabalho infantil; prevenção de trabalho forçado e escravo; práticas de reclamações e queixas; práticas de segurança; direitos dos indígenas etc.

Os indicadores de desempenho referentes à sociedade buscam mensurar os impactos que a empresa desencadeia na comunidade em que está inserida. Em especial, procuram identificar riscos de suborno e corrupção derivados de elaboração de políticas públicas e práticas de monopólio indevidas. Para tal, os indicadores relativos à sociedade focam aspectos como: comunidade; corrupção; políticas públicas; concorrência desleal; conformidade.

Os indicadores de desempenho referentes à responsabilidade pelo produto buscam mensurar os aspectos dos produtos e serviços da empresa quanto à forma em que afetam diretamente os clientes, a saber: saúde e segurança, informações e rotulagem, marketing e privacidade. Tais aspectos são abordados por meio da divulgação sobre procedimentos internos e o quanto eles não são seguidos. Para fornecer um relato consistente da gestão destes indicadores, contemplando aspectos relacionados à responsabilidade pelo produto, devem ser informados: saúde e segurança do cliente; rotulagem de produtos e serviços; comunicações de marketing; privacidade do cliente e conformidade.

Cabe mencionar que todas as políticas resumidas da empresa que definam o compromisso global da organização para com todos os aspectos sociais ou indicação de onde essas informações podem ser encontradas no domínio público. Procedimentos relativos a treinamento e conscientização sobre os aspectos sociais, de forma geral também podem e devem ser relatados pelas empresas, bem como procedimentos relativos a monitoramento e medidas corretivas e preventivas de todo o processo de gestão.

Finalmente, após a confecção do relatório de sustentabilidade, a empresa pode autodeclarar um nível para seu relatório. A GRI (2006) possibilita que a empresa relatora desenvolva sua própria avaliação face ao desempenho do conteúdo relatado. A GRI desenvolveu este sistema, denominado “níveis de aplicação GRI”, com a intenção de proporcionar aos *stakeholders* um padrão de identificação quanto ao nível de transparência da utilização das diretrizes GRI aplicadas em um determinado relatório. Para os relatores, este processo pode servir como um medidor ou mesmo uma referência para expandir o grau de aplicabilidade da estrutura GRI em seus relatórios.

O sistema de níveis de aplicação da GRI (2006b) fornece três níveis divididos em A, B e C, sendo que o seguinte critério deverá ser respeitado:

✓ Para atender a um nível C, em síntese o relator deverá apresentar em sua estruturação do relatório um perfil organizacional, escopo e limite do relatório contendo o sumário de conteúdo da GRI e abordagem de governança corporativa. Atendendo a estas etapas, deverá responder, no mínimo, 10 indicadores de desempenho, sendo eles pelo menos um das áreas: econômica, ambiental e social;

✓ Para atender a um nível B, além dos itens estruturais abordados no nível C, a organização deverá relatar forma de gestão para cada categoria de indicador. Para este nível, é necessário que a empresa responda no mínimo a 20 indicadores, sendo eles pelo menos cada um das seguintes áreas: econômica, ambiental, direitos humanos, práticas trabalhistas, sociedade e responsabilidade pelo produto, e



✓ Para atender a um nível A, além de todos os níveis estruturais abordados no nível B, a organização deverá responder os 49 indicadores essenciais ou respondendo ao indicador ou explicando o motivo de sua omissão.

Os níveis de aplicação da GRI (2006b), ainda possibilitam que a empresa apresente um ponto a mais em sua auto-avaliação (+). Isso poderá ocorrer se a empresa submeter-se à uma avaliação externa. Dessa forma, cada nível poderá apresentar-se da seguinte forma: C+, B+ e A+. Para o desenvolvimento desta pesquisa, os indicadores e estrutura de relatório de sustentabilidade da GRI foram utilizados como referência na mensuração da aderência das instituições financeiras analisadas. Há princípios, por exemplo, que são específicos dessas instituições, como os chamados Princípios do Equador.

## 2.6 Princípios do Equador

Em outubro de 2002, um encontro entre altos executivos foi promovido pelo *International Finance Corporation* (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, e o Banco ABN Amro para discutir experiências com investimentos de projetos que englobavam aspectos sociais e ambientais na esfera de mercados emergentes, já que uma legislação rígida de proteção ambiental nem sempre existe. Em decorrência deste encontro surgiram os Princípios do Equador (PRINCÍPIOS DO EQUADOR, 2006).

Em 2003, os dez maiores bancos, responsáveis por cerca de 30% do total de investimentos em financiamentos internacionais de projetos em todo o mundo (*ABN Amro, Barclays, Citigroup, Crédit Lyonnais, Crédit Suisse, HypoVereinsbank, Rabobank, Royal Bank of Scotland, WestLB e Westpac*), criaram as regras dos Princípios do Equador em suas respectivas políticas de concessão de crédito (PRINCÍPIOS DO EQUADOR, 2006).

Desde então, com o objetivo de garantir o equilíbrio ambiental, o impacto social, a sustentabilidade e a prevenção de acidentes de percurso que podem decorrer em crimes ambientais e até em inadimplências, os Princípios do Equador tornaram-se um referencial do segmento financeiro para identificação, avaliação e gestão de risco socioambiental no financiamento de projetos. As instituições signatárias dos Princípios do Equador (*Equator Principles Financial Institutions - EPFIs*) adotaram os princípios na tentativa de gerir adequadamente suas políticas de concessão de crédito de projetos. Vale mencionar que os princípios são aplicáveis ao financiamento de qualquer projeto com o custo de dez milhões de dólares ou mais.

Vale salientar que as *EPFIs* que aderem aos Princípios do Equador os têm como um referencial às suas políticas e práticas socioambientais. Sendo assim, como todo princípio, procedimento ou política interna, os Princípios do Equador não geram direitos ou obrigações para qualquer pessoa, seja ela pública ou privada. Por este motivo, a adoção aos Princípios do Equador é voluntária e independente, não sendo necessária à intervenção do *IFC* ou do Banco Mundial.

O Relatório de Sustentabilidade do Itaú Unibanco (2009), por exemplo, elenca os principais quesitos considerados pelos Princípios do Equador, sendo eles: proteção dos direitos humanos e da saúde pública e segurança da comunidade; proteção do patrimônio cultural e arqueológico; aquisição de terras e reassentamento involuntário; impactos em povos indígenas e em sua cultura, suas tradições e seus valores; prevenção da poluição e minimização de resíduos, controles de poluição e gestão de resíduos sólidos e químicos; gestão sustentável de recursos naturais e da biodiversidade; condições de trabalho e emprego.

A menção aos Princípios do Equador é relevante nesta abordagem, uma vez que indica uma prática sustentável nas instituições financeiras, em suas respectivas concessões de crédito. Os relatórios de sustentabilidade são indispensáveis ferramentas para a mensuração da evolução das empresas quanto à gestão das três dimensões da sustentabilidade. Os

Princípios do Equador são constantemente abordados nos relatórios sustentáveis das instituições financeiras. Na sequência, tratar-se-á sobre os aspectos metodológicos.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Considerando que o tema Sustentabilidade pode ser classificado como relativamente novo, a pesquisa foi classificada, inicialmente, como exploratória. Em referências aos documentos utilizados para a coleta de dados secundários, foi classificada como uma pesquisa bibliográfica. E, finalmente, classificada como documental e *ex-post-fact*, visto que os dados primários derivaram de relatórios publicados em período antecedente ao presente estudo.

Por tratar-se de uma pesquisa direcionada aos dez melhores e maiores bancos do segmento financeiro que utilizaram o método da GRI para a evidenciação de seus resultados correspondentes ao exercício de 2009, o método de amostragem adotado na pesquisa foi o não probabilístico. Para a identificação dos maiores bancos, com base em lucro líquido, foi utilizada a divulgação da Revista Exame Melhores e Maiores – das 500 maiores empresas do Brasil (2010):

ORDEM	BANCO	CONTROLE ACIONÁRIO	LUCRO LÍQUIDO (em US\$ milhões)
1	Bradesco	Brasileiro	5 449
2	Banco do Brasil	Estatal	5 397
3	Itaú Unibanco	Brasileiro	4 951
4	Santander	Espanhol	2 558
5	Caixa	Estatal	1490
6	Citibank	Americano	947
7	Safra	Brasileiro	503
8	HSBC	Inglês	476
9	Votorantim	Brasileiro	357
10	BTG Pactual	Brasileiro	303

Quadro 1: Os Maiores Bancos em Lucro Líquido em 2009

Fonte: Revista Exame Melhores e Maiores (2010, p.348)

Como fonte para a coleta dos relatórios a serem analisados, o *site* oficial de cada instituição financeira foi considerado seguro. Dessa forma, algumas instituições não foram analisadas por não divulgarem seus relatórios de sustentabilidade em seus respectivos *sites* oficiais. São elas: Banco Safra, Banco Votorantim e Banco BTG Pactual. Ressalta-se que, destes foram localizados apenas os relatórios financeiros anuais, os quais não abordam os indicadores GRI, e tão pouco, apresentam um índice remissivo do relatório da referida instituição. O Banco do Brasil, apesar de publicar seu relatório de sustentabilidade do exercício de 2009, também não apresentou um índice remissivo da GRI ou qualquer menção aos padrões da entidade.

O Banco Caixa apresenta seu relatório de sustentabilidade em um formato interativo que demonstra o parecer de seus auditores independentes em conformidade para as diretrizes da GRI (G3). No entanto, foi descartado da amostra desta pesquisa por não demonstrar um índice remissivo dos indicadores GRI, conforme padrões estabelecidos neste trabalho. Por fim, os seguintes bancos foram considerados aptos para fazerem parte da amostra: Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, Caixa, Citibank e HSBC. Apenas os indicadores essenciais foram contemplados na referida pesquisa, uma vez que apresentam relevância e aplicabilidade para os *stakeholders*. Enfatiza-se que a qualidade e veracidade dos dados em análise não foram abordadas nesta pesquisa.

Para análise da aderência e da evidenciação efetiva dos relatórios analisados, os indicadores essenciais foram elencados, com base nos estudos de Dias (2006), Carvalho (2007) e Castro, Siqueira e Macedo (2009), conforme Quadro 2, a seguir:

CATEGORIA: APRESENTADOS		
CLASSIFICAÇÃO	SIGLA	DEFINIÇÃO
ADERÊNCIA PLENA	APL	Quando todos os dados requeridos no protocolo do indicador essencial da G3 foram devidamente fornecidos pela organização.
ADERÊNCIA PARCIAL	AP	Quando apenas parte dos dados requeridos no protocolo do indicador essencial da G3 foram devidamente fornecidos pela organização.
DÚBIO	D	Quando as informações fornecidas não são suficientes para o usuário avaliar se a aderência é plena ou parcial.
INCONSISTENTE	I	Quando as informações fornecidas pela organização diferem daquelas requeridas no protocolo do indicador essencial da G3.
CATEGORIA: NÃO APRESENTADOS		
CLASSIFICAÇÃO	SIGLA	DEFINIÇÃO
NÃO DISPONÍVEL	ND	Quando a organização reconhece que a informação requerida é pertinente às suas atividades, porém esta ainda não tem condição de fornecê-la.
NÃO APLICÁVEL	NAP	Quando a organização reconhece que os dados requeridos não são pertinentes às suas atividades ou setor em que ele atua.
OMITIDO COM JUSTIFICATIVA	OJ	Quando a organização omite a informação requerida pelo protocolo do indicador essencial da G3, por sua decisão, porém apresentando uma justificativa para tal omissão.
OMITIDO	O	Quando nada é comentado sobre o indicador, como se o mesmo não existisse.

Quadro 2 – Base para Classificação das Informações

Fonte: Adaptado de Dias (2006); Carvalho (2007); Castro, Siqueira e Macedo (2009, p. 9)

Vale ressaltar que a utilização dos indicadores essenciais foi averiguada nas páginas indicadas no respectivo sumário de cada relatório. Posteriormente, foram aplicados os cálculos do Grau de Aderência Plena, o GAPIE, e o Grau de Evidenciação Efetiva, o GEE, com base nos estudos de Dias (2006) e Carvalho (2007). Suas respectivas fórmulas são demonstradas a seguir, no Quadro 3:

<b>GAPIE</b> =	$\frac{\text{Total dos Indicadores com "APL"} + \text{Total dos Indicadores "OJ"}}{\text{Total dos Indicadores Essenciais} - \text{Total dos Indicadores "NAP"}}$
<b>GEE</b> =	$\frac{\text{Total dos Indicadores com "APL"}}{\text{Total dos Indicadores Essenciais} - \text{Total dos Indicadores "NAP"}}$

Quadro 3 – Fórmulas do GAPIE e GEE

Fonte: Adaptado de Castro, Siqueira e Macedo (2009, p. 10)

Legenda: APL = Aderência Plena; OJ = Omitidos com Justificativas e NAP = Não Aplicáveis.

Uma vez que as empresas afirmam utilizar os indicadores GRI, o GAPIE é utilizado para medir o quanto cada uma delas segue dos padrões especificados pela entidade, enquanto o GEE visa a demonstrar o nível de informação real evidenciado por cada empresa. Para o presente estudo, o GAPIE e o GEE foram aplicados em cada área dos indicadores de desempenho, ou seja, para a econômica, ambiental e social e finalmente uma aplicação geral para a elaboração de *rankings* para cada medidor, um para o GAPIE e um para o GEE.

Para análise e classificação dos indicadores de desempenho, seguindo a lógica do estudo desenvolvido por Castro, Siqueira e Macedo (2009), vale ressaltar: 1) para o medidor GAPIE, o total de respostas omitidas com justificativas foi somado ao total dos indicadores

“APL”, uma vez que a GRI permite essa opção; 2) o total dos indicadores “NAP” foram deduzidos do total dos indicadores essenciais na tentativa de não prejudicar uma organização por um indicador não aplicável à sua operação; 3) os indicadores “AP” não foram incluídos no cálculo por apresentarem uma característica subjetiva aos padrões GRI; 4) o mesmo ocorreu com os indicadores “D” e “I”; uma vez que não apresentam a certeza de relatar a informação requerida pela GRI. Variando entre 0% e 100%, os resultados totais derivaram na seguinte classificação de aderência:

- ✓ aderência baixa – faixa entre 0% e 25%;
- ✓ aderência média – faixa entre 26% e 61%;
- ✓ aderência alta – faixa entre 62% e 100%.

Para atingir esta classificação, foram considerados como referências os critérios GRI para níveis de aplicação (C, B e A). Dessa forma, enquanto a GRI (2006b, p.2) classifica como “A” uma empresa que deve responder a 49 indicadores essenciais de um total de 79 indicadores de desempenho, ou seja, 62% de aderência, na classificação desenvolvida pela presente pesquisa; os resultados iguais ou superiores a 62% serão classificados como “aderência alta”. A GRI (2006b, p.2) determina que para uma classificação “B”, a organização deve responder a 20 indicadores do total de 79 indicadores de desempenho, o que resulta em uma aderência de 25%. Sendo assim, a presente pesquisa classificou como “aderência média”, os bancos que apresentaram um desempenho igual ou entre 26% e 61%. Por fim, os resultados iguais ou inferiores a 25% foram classificados como “aderência baixa”.

#### 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Seguindo a metodologia de Castro, Siqueira e Macedo (2009), com a finalidade de facilitar a demonstração e análise dos dados, dois *rankings* totais foram elaborados e demonstrados nas Tabelas 1 e 2. O *ranking* do resultado do Grau de Aderência Plena - GAPIE é apresentado na Tabela 1:

Tabela 1: **Ranking do resultado do GAPIE, com base no encerramento do exercício de 2009, dos bancos que operam no Brasil, conforme amostra**

Ordem	Banco	Controle acionário	Grau de Aderência Plena (GAPIE)			Total	Nível de aderência
			Econômicos	Ambientais	Sociais		
1º	Santander	Espanhol	50%	73%	80%	74%	Alto
2º	HSBC	Inglês	17%	62%	72%	64%	Alto
3º	Bradesco	Brasileiro	29%	20%	68%	50%	Médio
4º	Itaú	Brasileiro	29%	64%	40%	46%	Médio
	Unibanco						
5º	Citibank	Americano	14%	35%	28%	29%	Médio

Fonte: Dados da Pesquisa (2010)

Considerando a metodologia adotada para o presente estudo, é possível observar que, dos bancos da amostra, nenhum apresentou um grau baixo de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI, apesar do distanciamento entre o primeiro colocado (74%) para o último (29%). Um item importante a ser comentado é o fato de os indicadores econômicos apresentarem o menor grau de aderência dentre os demais. Isto pode ocorrer devido aos bancos desenvolvem relatórios distintos para a publicação de sua situação econômica e financeira e subentendem que tais informações não são tão relevantes em um relatório de sustentabilidade. Outro ponto relevante a ser registrado é o fato de os indicadores econômicos terem sofrido o maior número de inclusão de indicadores novos na versão G3, o que demanda tempo para adaptação entendimento na elaboração dos relatórios de sustentabilidade. De forma geral, os resultados mostram que os indicadores da GRI são extremamente elaborados e seus níveis de detalhamento difíceis de atingir, o que agrega valor ao método.

Analisando o desempenho dos três primeiros colocados, Santander, HSBC e Bradesco, nota-se o melhor desempenho nos indicadores sociais, em que nenhum indicador foi não apresentado sem as devidas justificativas, e apenas o Santander deixou de apresentar um indicador por ainda não possuir um controle adequado para tal.

Basicamente, isso pode ser compreendido pelos seguintes pontos: 1) os indicadores referentes a direitos humanos e práticas trabalhistas englobam atividades e resultados de ações, que são fielmente monitorados pela forte representação do sindicato dos bancários que acompanha a categoria e não tolera qualquer forma de exploração de mão-de-obra ou discriminação; 2) os indicadores de desempenho social estão diretamente ligados a temas como corrupção e políticas públicas, as quais são acompanhadas e fiscalizadas diretamente pelo Banco Central do Brasil; 3) os indicadores referentes à responsabilidade pelo produto são favorecidos pelo segmento analisado, uma vez que os bancos atuam na área de prestação de serviços e seu monitoramento é vital para a própria gestão do negócio.

Adicionalmente, todos os bancos apresentaram bons resultados nos indicadores ambientais, salvo os bancos Bradesco e o Citibank. Entende-se que isto ocorreu em função da complexidade da compilação destes indicadores. Para exemplificar, o Bradesco prejudicou-se nesta categoria por demonstrar cerca de 67% dos indicadores apresentados como inconsistentes. O *ranking* do resultado do Grau de Evidenciação Efetiva - GEE está evidenciado na Tabela 2:

Tabela 2: **Ranking do resultado do GEE, com base no encerramento do exercício de 2009, dos bancos que operam no Brasil, conforme amostra**

Ordem	Banco	Controle acionário	Grau de Evidenciação Efetiva (GEE)				Total	Nível de aderência
			Indicadores					
			Econômicos	Ambientais	Sociais			
1º	Santander	Espanhol	50%	60%	80%	70%	Alto	
2º	HSBC	Inglês	17%	46%	64%	55%	Alto	
3º	Bradesco	Brasileiro	29%	20%	68%	50%	Médio	
4º	Itaú Unibanco	Brasileiro	29%	57%	36%	41%	Médio	
5º	Citibank	Americano	14%	35%	28%	29%	Médio	

Fonte: Dados da Pesquisa (2010)

Analisando o *ranking* do resultado do GEE, nota-se que, além dos bancos da amostra que se apresentaram nas mesmas colocações, ainda mantiveram-se os dois primeiros colocados com uma classificação alta e os três últimos com a classificação média. Ou seja, novamente, nenhum banco apresentou um grau baixo de evidenciação efetiva aos indicadores essenciais da GRI, apesar do distanciamento entre o primeiro colocado (70%) para o último (29%).

Assim como observado no GAPIE, o melhor desempenho apresentado pelos bancos foi primeiro nos indicadores sociais e, posteriormente, nos indicadores ambientais e econômicos. Lembrando que aqueles que não apresentaram variação em seus valores, não apresentaram indicadores omitidos com justificativas, item considerado no cálculo do GAPIE e excluído do GEE, com a intenção de identificar, efetivamente, as informações relatadas pelos bancos aos seus *stakeholders*.

De forma geral, a pesquisa identificou que os bancos Itaú Unibanco, Santander e HSBC omitiram um único indicador sem justificativa. O Citibank foi o único banco que omitiu 26 indicadores sem justificativas, enquanto o Bradesco não omitiu nenhum indicador. O HSBC e Bradesco demonstraram um indicador como não disponível, enquanto o Santander apresentou dois destes. Isto indica que os bancos estão se aprimorando constantemente para atender aos padrões da GRI. Dos 49 indicadores essenciais analisados, os bancos apresentaram o seguinte desempenho:

- 1) Santander: 84% dos indicadores foram apresentados, sendo 78% de aderência plena e o restante de aderência parcial;
- 2) HSBC: 80% dos indicadores foram apresentados, sendo 62% de aderência plena, 21% de aderência parcial, 10% dúbio e o restante de inconsistente;
- 3) Bradesco: 84% dos indicadores foram apresentados, sendo 51% de aderência plena, 15% aderência parcial, 7% dúbio e 27% inconsistente;
- 4) Itaú Unibanco: 88% dos indicadores foram apresentados, sendo 44% de aderência plena, 9% aderência parcial, 12% dúbio e 35% inconsistente;
- 5) Citibank: 47% dos indicadores foram apresentados, sendo 61% de aderência plena, 13% aderência parcial, 4% dúbio e 22% inconsistente.

Os resultados evidenciam que não é necessário apenas apresentar os indicadores, já que as informações referentes à compilação dos dados são de suma importância para o fornecimento de uma informação coesa aos *stakeholders*. Em outras palavras, confirmam a eficácia dos cálculos de GAPIE e GEE utilizados nesta pesquisa, além de reiterar que os indicadores da GRI apresentam níveis de detalhamento que agregam valor ao método, e por isso, são cada vez mais solicitados e compreendidos pelos *stakeholders*. Para o segmento analisado, fica claro que apesar de a GRI ser uma organização não governamental, a aderência dos bancos comerciais do Brasil aos seus métodos é grande, uma vez que nenhum deles apresentou uma classificação baixa, tanto nos resultados do GAPIE quanto do GEE, o que denota que os bancos analisados estão comprometidos com as evidências socioambientais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de análise dos relatórios de sustentabilidade dos maiores bancos do Brasil que utilizam os padrões da GRI na divulgação de seus resultados, tendo como principal objetivo identificar e analisar o nível de evidenciação das informações socioambientais dos maiores bancos brasileiros com base nos padrões na *Global Reporting Initiative - GRI*, visando a observar se os bancos estão comprometidos, efetivamente, com as evidências socioambientais.

Para tal, foi desenvolvida a contextualização sobre o conceito de sustentabilidade e suas dimensões ambiental, econômica e social. Foi abordada a evolução do Balanço Social, considerado um instrumento contábil com a finalidade de registrar as informações sociais das empresas até os atuais Relatórios de Sustentabilidade, bem como a importância da evidenciação das informações socioambientais das empresas com base nas dimensões da sustentabilidade, os indicadores e padrões da estrutura para relatórios de sustentabilidade desenvolvidos pela GRI e os Princípios do Equador, que são específicos das instituições financeiras.

No entanto, conforme observado, os padrões da GRI são vistos como referência de mercado por serem desenvolvidos e continuamente melhorados por meio de uma ação *multistakeholder*, que envolve a participação de variadas instituições e profissionais de áreas diversificadas, escolhidos rigorosamente entre indivíduos que se destacam globalmente no ambiente empresarial, na sociedade e em institutos de pesquisa. Tal iniciativa resulta em um trabalho capaz de atender às necessidades da sociedade como um todo, uma vez que não apresenta a predominância de uma única especialidade, seja ela contábil, jurídica ou social.

A pesquisa documental nas instituições financeiras foi realizada, e posteriormente, foi desenvolvido o trabalho de análise quanto à qualidade das informações socioambientais divulgadas pelos bancos da amostra, aplicando os cálculos de Grau de Aderência Plena (GAPIE) e o Grau de Evidenciação Efetiva (GEE) sobre os indicadores essenciais da GRI.

Tanto no GAPIE quanto no GEE, os dois primeiros colocados apresentaram uma classificação alta e os três subseqüentes uma classificação média. Para ambos os indicadores, o melhor desempenho foi observado nos indicadores sociais e, posteriormente nos indicadores

ambientais e econômicos. O fato de os indicadores econômicos apresentarem um desempenho inferior deve-se ao fato de terem sofrido o maior número de inclusões na versão G3 da GRI, além dos bancos possuírem publicações específicas para seus desempenhos econômicos e financeiros, seguindo, inclusive os Princípios do Equador, evidenciando suas políticas e práticas socioambientais.

Dos 49 indicadores essenciais analisados, os bancos apresentaram o seguinte desempenho: a) Santander: 84% dos indicadores foram apresentados, sendo 78% de aderência plena e o restante de aderência parcial; b) HSBC: 80% dos indicadores foram apresentados, sendo 62% de aderência plena, 21% de aderência parcial, 10% dúvida e o restante de inconsistente; c) Bradesco: 84% dos indicadores foram apresentados, sendo 51% de aderência plena, 15% aderência parcial, 7% dúvida e 27% inconsistente; d) Itaú Unibanco: 88% dos indicadores foram apresentados, sendo 44% de aderência plena, 9% aderência parcial, 12% dúvida e 35% inconsistente; e) Citibank: 47% dos indicadores foram apresentados, sendo 61% de aderência plena, 13% aderência parcial, 4% dúvida e 22% inconsistente.

Os resultados obtidos responderam ao problema de pesquisa, uma vez que nenhum banco da amostra apresentou um grau baixo de aderência plena ou mesmo de evidenciação efetiva. Sendo assim, conclui-se que, embora ainda não apresentem um nível elevado em sua grande maioria, os bancos demonstram preocupar-se em evidenciar adequadamente aos seus *stakeholders* seus resultados econômicos, e esforços sociais e ambientais, atendendo a uma tendência mundial, ou seja, demonstram as informações socioambientais, conforme os padrões da GRI.

A referida pesquisa resultou ainda na identificação de alguns pontos:

1) embora as empresas sejam do mesmo segmento, isso não significa que apresentarão o mesmo desempenho;

2) apesar de a versão G3 dos indicadores GRI ser mais completa quando comparada a sua versão anterior, isso não resulta, obrigatoriamente, em uma maior aderência devido à necessidade de adaptação por parte dos elaboradores dos respectivos relatórios de sustentabilidade;

3) os bancos comerciais da amostra em análise apresentam um bom desempenho no segmento social por serem prestadores de serviço e suas respectivas imagens estarem diretamente ligadas à sociedade, uma vez que administram grande parte de seus recursos líquidos, e conseqüentemente, necessitem de uma boa gestão para evitar corrupção, devido à sua atividade fim, além de manter bom relacionamento com a sociedade como um todo, e

4) não importa quão complexa seja a elaboração dos indicadores da GRI, se a empresa realmente tiver comprometimento com a sustentabilidade de seu negócio e possuir ferramentas de monitoramento de gestão para tal, a demonstração de indicadores de sustentabilidade nos padrões GRI será uma consequência deste trabalho.

Para futuras pesquisas, recomenda-se: a) que o mesmo método possa ser aplicado para outro segmento de serviço, com a intenção de confirmar se os indicadores sociais serão novamente destaque de desempenho entre os indicadores GRI; b) aplicar o mesmo método para outro segmento para análise do comportamento de outras áreas, e c) desenvolver um trabalho detalhado com a evolução dos resultados de empresas que adotam o padrão G3 da GRI nos últimos três exercícios, com o objetivo de analisar a evolução das informações divulgadas entre as empresas da amostra.

## REFERÊNCIAS

BECKER, J. Making sustainable development evaluations work. **Sustainable Development**, Chichester, v. 2, n. 4, p. 200-211. 2004.

BENNETT, M.; BOUMA, J.; WOLTERS, T. The development of environmental management accounting: general introduction and critical review. **Environmental Management Accounting: Information and Institutional Development**. Kluwer Academic Publishers. p. 1-18. 2002.

BOVESPA, Bolsa de Valores de São Paulo. **Índice de sustentabilidade empresarial: ISE**. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoBoletimISE.aspx?eIdioma=pt-br>>. Acesso em: 14 de agosto de 2010.

BANCO DO BRASIL. **Relatório de sustentabilidade - dezembro/ 2009 – exercício**. Disponível em <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/sustent2009.pdf>> Acesso em 26 de setembro de 2010.

BRADESCO. **Relatório de sustentabilidade 2009**. Disponível em <<http://www.bancodoplaneta.com.br/site/>>. Acesso em: 26 de setembro de 2010.

CAIXA. **Relatório de Sustentabilidade 2009**. Disponível em: <[http://www1.caixa.gov.br/popup/Generico/450x440\\_1.asp](http://www1.caixa.gov.br/popup/Generico/450x440_1.asp)>. Acesso em: 3 de outubro de 2010.

CARVALHO, F. M. Análise da utilização dos indicadores essenciais da *Global Reporting Initiative* nos relatórios sociais em empresas latino-americanas. 2007. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3”, da *Global Reporting Initiative*, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul americano. **Anais...** In: SIMPOI, São Paulo/SP, 2009.

DIAS, L. N. S. Análise da utilização dos indicadores do *Global Reporting Initiative* nos relatórios sociais em empresas brasileiras. 2006. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social**. São Paulo: Atlas, 2009.

DOW JONES SUSTAINABILITY INDEX. “**Dow Jones Sustainability World Index**”. Disponível em: <[http://www.sustainability-index.com/djsi\\_pdf/publications/Factsheets/SAM\\_IndexesMonthly\\_DJSIWorld.pdf](http://www.sustainability-index.com/djsi_pdf/publications/Factsheets/SAM_IndexesMonthly_DJSIWorld.pdf)> Acesso em 20 de dezembro de 2010.

EQUADOR-PRINCIPLES. **Os “Princípios do Equador”**. Um referencial do setor financeiro para identificação, avaliação e gestão de risco socioambiental no financiamento de projetos. 2006. Disponível em: <[http://www.equator-principles.com/documents/ep\\_translations/EP\\_Portuguese.pdf](http://www.equator-principles.com/documents/ep_translations/EP_Portuguese.pdf)> Acesso em: 09 de setembro de 2010.

EXAME Especial. **Melhores e Maiores: As 1000 maiores empresas do Brasil**. São Paulo: Abril, 2010.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GRI, *Global Reporting Initiative*. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. 2006. Disponível em <[http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/2725/G3\\_POBR\\_RG\\_Final\\_with\\_cover.pdf](http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/2725/G3_POBR_RG_Final_with_cover.pdf)> Acesso em: 19 de outubro de 2010.

GRI, *Global Reporting Initiative*. **Níveis de aplicação da GRI**. 2006b. Disponível em <<http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C25026>>



22576/5273/AL\_G3\_Portuguese\_BR.pdf> Acesso em: 21 de dezembro 19 de outubro de 2010.

HARDI, P. **Assessing sustainable development: principles in practice**. Winnipeg: Canadian Cataloguing in Publication Data. 1997.

HASSELDINE, J; SALAMA, A; TOMS, J. Quantity versus quality: the impact of environment disclosures on the reputation of UK Plcs. **The British Accounting Review**. v. 37, n. 2, p. 231-248. 2005.

HSBC. **Relatório de sustentabilidade 2009**. Disponível em <[http://www.hsbc.com.br/1/2/campanhas/relatorio-de-sustentabilidade-2009?WT.ac=HBBR\\_SHSDP\\_20100906](http://www.hsbc.com.br/1/2/campanhas/relatorio-de-sustentabilidade-2009?WT.ac=HBBR_SHSDP_20100906)>. Acesso em 03 de outubro de 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2010**. Disponível em : <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2010.pdf>> Acesso em 12 de dezembro de 2010.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade 2007**. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/\\_Uniethos/Documents/GuiaBalanço2007\\_PORTUGUES.pdf](http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/GuiaBalanço2007_PORTUGUES.pdf)> Acesso em: 24 de novembro de 2010.

ITAÚ UNIBANCO. **Relatório anual de sustentabilidade 2009**. Disponível em: <<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/>>. Acesso em 26 de setembro de 2010.

PARIS, T. M; KATES, R. W. Characterizing and measuring sustainable development. **Annual Review of Environmental Resources**. n. 28, p. 559-586, august. 2003.

PATTEN ,D.; CHO, C. The Role of Environmental Disclosures as Tools of Legitimacy: a Research Note. **AOS - Accounting, Organizations and Society**. v.32. p. 639-647. 2007.

PEREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, P. C. T. M. Relatório de sustentabilidade nos padrões GRI em organizações não empresariais: aplicação na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção). COPPE/ UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

SANTANDER. **Relatório Anual 2009**. Disponível em: <[http://www.ri.santander.com.br/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=230&conta=28#](http://www.ri.santander.com.br/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=230&conta=28#)> Acesso em 26 de setembro de 2010.

TINOCO, J. E. P. **Balanço social e relatório de sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. **Integrating environmental and financial performance at the enterprise level: a methodology for standardizing eco-efficiency indicators**. Geneva: United Nations. 2000.